



Mercado de trabalho e vulnerabilidade ocupacional na região metropolitana do Cariri

Evânio Mascarenhas Paulo*, Christiane Luci Bezerra Alves e Valéria Feitosa Pinheiro

Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri, Rua Coronel Antônio Luíz, 1161, 63105-010, Crato, Ceará, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: evanio.paulo@urca.br

RESUMO. O artigo trata dos níveis de vulnerabilidade ocupacional na região metropolitana do Cariri, onde se propõe indicadores a fim de medir os níveis de exposição à precariedade do trabalho naquele espaço baseados nos microdados do censo demográfico brasileiro de 2010. Registra-se que a região é marcada por elevados níveis de vulnerabilidades, caracterizadas principalmente pela informalidade intercalada com baixo rendimento. Os subespaços da região metropolitana, seja rural ou as cidades menos desenvolvidas, acentuam ainda mais esses níveis de vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de promoção do trabalho em condições decentes.

Palavras-chaves: vulnerabilidade ocupacional; região metropolitana do Cariri; mercado de trabalho.

Labor market and occupational vulnerability in the metropolitan area of Cariri

ABSTRACT. The article deals with the levels of occupational vulnerability in the metropolitan region of Cariri, where indicators are proposed in order to measure the levels of exposure to the precariousness of work in that area based on the microdata of the Brazilian demographic census of 2010. It is recorded that the region is marked by high levels of vulnerabilities, mainly characterized by low-income interpersonal informality. The subspaces of the metropolitan region, whether rural or less developed, further accentuate these levels of vulnerability, evidencing the need to promote work under more decent conditions.

Keywords: occupational vulnerability; metropolitan region of Cariri; job market.

Received on February 25, 2020.

Accepted on June 30, 2020.

Introdução¹

As transformações experimentadas pela economia capitalista nas últimas décadas do século XX, que envolvem alterações no modo de acumulação e nos marcos de regulação do Estado, impuseram profundos desafios para a organização do trabalho. Por um lado, a crise que permeia os sistemas produtivos está intrinsecamente ligada ao esgotamento dos padrões de crescimento que marcaram a época de ouro do capitalismo, que ocorrera sob forte orientação keynesiana, entre o pós-guerra e a crise financeira internacional no contexto do segundo choque do petróleo nos anos 1970.

Na esteira do quadro de desequilíbrios macroeconômicos que dominaram a economia americana, no início dos anos 1970, quando se acumularam inflação, profundo desequilíbrio fiscal, perda de produtividade e competitividade, este cenário será marcado pelo esgotamento do padrão intervencionista do Estado e por transformações profundas na organização produtiva, quando a rigidez taylorista-fordista dá lugar a modelos de acumulação flexíveis.

Vale ressaltar o peso da recuperação das economias da Europa Ocidental e japonesa e o aumento da concorrência dos países recém-industrializados, com a conseqüente compressão da demanda efetiva por produtos americanos, os quais influenciam na queda de lucratividade e competitividade da economia dos Estados Unidos.

A revolução científico-tecnológica em curso, particularmente nos anos 1980, adicionada às novas formas de gestão da produção e força de trabalho, impulsionará ajustes estruturais de tamanha grandeza que,

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Simpósio de Economia Rural (SIMPOER) promovido pelo Programa de Pós-graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará em 2018.

inexoravelmente e de maneira não negligenciável, o mundo do trabalho e suas relações com os mecanismos globais de organização do próprio sistema capitalista de produção serão definitivamente afetados.

Acompanhando a racionalização do padrão de acumulação flexível, registram-se: padronização de peças e integração vertical; produção multivariada, voltada às demandas específicas e seletivas, a preços baixos e em pequenos lotes. No trabalho, automação crescente promove desemprego estrutural e as novas ocupações obedecem a movimentos de desqualificação dos operários; baixa especialização; desregulamentação dos sistemas de empregos, sendo generalizadas práticas de terceirização, aumento da subcontratação, diminuição do emprego por tempo completo, informalidade e ocupações precárias; somam-se a isso a queda dos salários reais e a perda da força das estruturas sindicais (Harvey, 1992).

Porém, aos efeitos estruturais a que se submete o mundo do trabalho, resultantes da consolidação do novo perfil das formas de organização industrial e social, soma-se um conjunto de ajustes impostos pelo quadro de flutuações e crise na economia capitalista mundial, registrado pela desregulamentação do Estado e da economia em face à nova orientação neoliberal, que passa a dominar os receituários macroeconômicos, liderados por governos como os de Ronald Reagan, nos Estados Unidos e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

O movimento de globalização e integração de mercados produtivos, comerciais e financeiros, facilitado pelo rápido avanço tecnológico e por políticas de desregulamentação de mercados, praticadas por nações em diferentes estágios de desenvolvimento e integração à economia mundial, internacionaliza produção e padrões de investimentos. Nesse cenário, as regulações via Estados globais cedem espaço crescente para uma transnacionalização de poder econômico, através da consolidação de uma nova forma de atuação e reprodução do capital por parte das grandes corporações mundiais.

Nesse movimento global, países periféricos, imersos em sua própria crise doméstica, a exemplo da crise e esgotamento de modelos de substituição de importações, característicos dos padrões de desenvolvimento de economias da América Latina, são coparticipantes de uma chamada ‘periferização da indústria’,

[...] pelo deslocamento de partes menos complexas das atividades manufatureiras, tem favorecido à constituição de capacidade da produção de bens que podem ser considerados quase *commodities*, com base na alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas realizadas pelos trabalhadores (Pochmann, 2015, p. 33).

Assim, são partícipes de uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela “[...] polarização entre a produção de manufatura, em parte dos países semiperiféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo” (Pochmann, 2015, p. 33).

Em fins do século XX, a rapidez das transformações em curso põe um véu sobre as reais fissuras do sistema capitalista de produção e a gravidade das crises do trabalho e ecológica, em curso, revela uma ‘desomogeneização’ do sistema, expondo diferenças internas e ao mesmo tempo, motivações, interesses e resistências. Assim, dentro do próprio sistema, as respostas tornam-se apropriações, garantindo-lhe a resiliência, como nos exemplos de desregulamentação do trabalho, empreendedorismo, economia solidária, desenvolvimento sustentável, economia verde, consumo consciente, responsabilidade social, entre outros.

Isso ocorre, para Lima (2002, p. 118), “[...] sequestrando a crítica à sociedade industrial e convertendo-a em mais um instrumento a serviço da sua reprodutibilidade [...]”, conforme o mecanismo de “[...] conservadorismo dinâmico [...]”, como proposto por Guimarães (1998, p. 16). Nesse sentido, conforme Lima (2002, p. 118), aceita-se o alternativo “[...] antes que se torne ameaçador para a seguir absorver-lhe apenas os elementos compatíveis”.

No Brasil, a crise da dívida externa e o ajuste ortodoxo, do início dos anos 1980, expõem o esgotamento de um modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, revelando a face severa da crise fiscal. Os ajustes que se seguem, envolvendo rebatimentos nas dinâmicas regionais e esvaziamento das políticas setoriais e regionais, abrem espaço para disputa por capitais produtivos e financeiros, por meio de protagonismos estaduais, no processo que se caracteriza por ‘guerra fiscal’. Fortalecem-se, portanto, as políticas locais de atração de indústrias na maioria dos estados nordestinos, responsáveis pela transferência de investimentos produtivos do Sul-Sudeste, em busca de vantagens e apoio institucional, como incentivos governamentais, infraestrutura, baixo custo da mão de obra, redução de custos de transporte em alguns casos, pouca resistência sindical, entre outros.

O quadro de desequilíbrios macroeconômicos aprofundados pela crise dos anos 1980 e os esforços contínuos pró-políticas de estabilização heterodoxas atrasam novas concepções sobre modelos de

desenvolvimento, ao passo que retardam a implementação de receituários de orientação neoliberal na economia brasileira, os quais já são realidade em grande parte das economias latino-americanas.

A década de 1990 inicia-se com a aplicação de grande parte das recomendações do Consenso de Washington na economia doméstica, as quais são iniciadas e consolidadas entre os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso: liberalização financeira; abertura comercial e privatizações. Os resultados são sentidos, praticamente na velocidade de implementação das reformas, nos padrões de produção, preços relativos, produtividade, investimento, mercado de trabalho e orientação externa da economia brasileira.

Particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, os anos 1990 e a primeira década dos anos 2010 apresentam dois movimentos distintos: o primeiro, associado ao ajuste defensivo engendrado pela economia após a implementação do receituário neoliberal e políticas macroeconômicas de sustentação dos programas de estabilização e o segundo, a partir da recuperação de um conjunto de indicadores, que envolvem criação de novos postos de trabalho, redução dos níveis de desemprego, diminuição da informalidade e recuperação do poder de compra do salário mínimo, entre outros. Mais recentemente, a conjuntura de ajustes ortodoxos, aprofundados com a mudança de governo (Dilma-Temer) e a instabilidade política, realidade no país desde 2014, constitui profunda ameaça aos avanços alcançados no cenário recente do mercado de trabalho no Brasil.

Entretanto, a problemática da qualificação do emprego e da vulnerabilidade ocupacional em espaços periféricos é uma realidade brasileira, considerando períodos seja de constrangimento macroeconômico ou de maior vigor nos níveis de atividade econômica e do mercado de trabalho.

Sobre os processos de metropolização experimentados na economia brasileira, nas últimas décadas do século XX, cabe mencionar dois cursos primordiais, herança de diferentes etapas do processo brasileiro de desenvolvimento e suas especificidades regionais. O primeiro movimento de metropolização até a década de 1970 acompanha a consolidação da urbanização dinamizada pelo amadurecimento do processo de substituição de importação e da matriz industrial nacional. Neste curso, “[...] o reconhecimento das especificidades da gestão de tais aglomerações urbanas se fez no ambiente tecnocrático e centralizador do regime militar que se iniciara em 1964 [...]” (Araújo, 2017, p. 9), onde são institucionalizadas as primeiras regiões metropolitanas (RMs) no país, através da Lei Complementar Federal de nº 14 (1973).

Em fase mais recente, ressaltam-se os movimentos de reorganização e reestruturação de espaços produtivos nacionais, onde se destaca a fortalecimento das cidades médias e sua capacidade de dinamização de subespaços regionais e os processos de rápida urbanização e metropolização, em regiões onde diminui a influência dos centros urbanos e áreas metropolitanas tradicionais. Tal processo é impulsionado pela fragmentação institucional da gestão metropolitana, facilitada pelos novos arranjos federativos proporcionados pela Constituição Federal de 1988. E ainda, “[...] pelo viés municipalista da nova Lei Magna, segundo a qual passa a caber às Assembleias Legislativas Estaduais o poder de instituir novas regiões metropolitanas” (Araújo, 2017, p. 9). É neste contexto que, acompanhando a consolidação do complexo urbano regional de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Crajuubar), foi criada, a partir da Lei Complementar Estadual nº 78 de 2009, a Região Metropolitana do Cariri, ou simplesmente RM Cariri² (Ceará, 2009).

Ao considerar o conjunto desses movimentos, este ensaio propõe reflexões sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre a vulnerabilidade ocupacional, presente na RM Cariri, a partir de quatro percepções selecionadas da fragilidade das relações de trabalho, sendo elas: trabalho privado de remuneração, baixo rendimento, informalidade e desemprego. Encontra-se dividido, além desta introdução, da seguinte maneira: um panorama das transformações recentes do mercado de trabalho é tratado logo a seguir na seção dois. A seção três traz elementos da performance demográfica da região em estudo. E, finalmente, apresenta-se um painel da vulnerabilidade ocupacional no espaço selecionado.

Notas sobre o mercado de trabalho nos anos recentes

Os principais movimentos que determinam a dinâmica do emprego no Brasil dos anos 1990 estão associados aos ajustes impostos pelo cenário de implementação e consolidação de reformas institucionais, orientadas pelo Consenso de Washington, e pelas políticas de estabilização e de ajuste às crises internacionais, ao longo da década (Paulo, 2015).

² Apesar de constar na lei de sua criação a abreviação da Região Metropolitana do Cariri como ‘RMC’, será utilizado neste ensaio ‘RM Cariri’, expressão cunhada por Queiroz (2014) e, posteriormente, por Pinheiro et al. (2017, p. 7): “[...] por RMC já ser utilizada como abreviação de outras regiões metropolitanas como Campinas e Curitiba, e pelos marcantes aspectos identitários e de pertencimento que permeiam a construção social de um território Cariri. Considera-se, aqui, um marco de partida para um posterior ajuste legal na designação dessa região”.

Os movimentos, portanto, obedecem a uma ópera em três atos. Num primeiro 'ato', o mercado de trabalho obedece à conjugação de crise e instabilidade macroeconômica (fruto do ajuste recessivo dos Planos Collor I e II) e à força de um ajuste de natureza defensiva, materializado na racionalização dos processos produtivos, como enfrentamento à desestruturação e ambiente de incerteza, associados à rápida liberalização comercial e financeira. Como mecanismo de acomodação, é adotado um conjunto de novas técnicas de gestão, baseadas na flexibilização, desverticalização, especialização, planejamento estratégico, terceirização etc. Os resultados desse conjunto são sentidos na desaceleração dos níveis de atividades, principalmente industrial, aumento do desemprego aberto e grau de informalização na economia brasileira.

O segundo 'ato' encontra-se atrelado aos efeitos iniciais do programa de estabilização do Real e as implicações num rápido círculo virtuoso, onde prevalecem: controle das taxas de inflação, com forte efeito sobre a demanda e que ainda repercutem numa redistribuição de renda, com o aumento da massa salarial. Destaca-se, adicionalmente, o restabelecimento dos canais de financiamento doméstico, associado ao retorno do crédito, que contribui para a dinamização do consumo interno (Kupfer, 1998).

Porém, os mecanismos de ajuste que sucedem, inicialmente, aos desequilíbrios macroeconômicos, subsequentes à implantação do Plano Real (déficits externos e aumento do déficit público) e às crises internacionais (México, em 1994; Asiática, 1997 e Russa, 1998), determinam a volta da incerteza, instabilidade e precarização dos indicadores do mercado de trabalho. As restrições, portanto, são recorrentes e associam-se, de modo geral, à política macroeconômica adversa, que estabelece o controle da inflação, ancorado na sobrevalorização do câmbio, controle do crédito e manutenção dos juros elevados, visando atração de capitais estrangeiros.

Nesse cenário: elevam-se os patamares do desemprego aberto; retomam-se elevados graus de informalização da economia, quando aumenta consideravelmente o número de empregados sem carteira ou por conta própria (Coutinho, Baltar, & Camargo, 1999; Neri, 2000) e no final da década, registra-se uma saturação no movimento de recuperação da renda real, antes impulsionado pela estabilização monetária.

Ressalta-se que um certo movimento de modernização e ganhos de produtividade na economia não necessariamente garantiram a manutenção dos melhores empregos ou o surgimento de novos empregos exigindo alta escolaridade e pagando salários elevados (Saboia, 2001). O setor de serviços, que aparece como 'acomodador', absorvendo parte da força de trabalho liberada pela indústria, gera mais subcontratações, empregos temporários e menos qualificados, contribuindo para a precarização ocorrida no conjunto da economia.

Portanto, passado o período de ajuste, nos anos 1990, ao contexto macroeconômico adverso, com predominância do trabalho informal e precário, a partir de baixos níveis de remuneração e alta rotatividade da mão de obra, o mercado de trabalho formal no Brasil passa a responder, nos anos 2000, de forma mais efetiva às políticas de recuperação implementadas na economia brasileira. Vale ressaltar, de início, o processo de ajuste pelo qual passam a economia doméstica e, por conseguinte, o mercado de trabalho, nos primeiros anos do governo Lula, condicionados pela continuidade do viés ortodoxo, característico do período anterior, e a combinação do regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante e superávit primário, que materializam a política praticada na segunda fase do governo FHC (1999-2002). Estes elementos dão o 'tom' do receituário macroeconômico do novo governo, que mantém câmbio apreciado e elevadas taxas de juros, acabando por novamente comprometer os níveis de investimento privado, gastos públicos e geração de emprego no Brasil.

Posteriormente, a eliminação do constrangimento monetário e o caráter mais expansionista da política econômica sinalizada pelo governo (após 2004), fornecem elementos para a volta da dinamização do mercado de trabalho. Impulsionado, principalmente, pelo cenário econômico externo favorável às exportações e à entrada de capitais e internamente pelo aumento do investimento (público e privado) e expansão e diversificação do crédito interno, a melhor performance da economia influencia a maior formalização no mercado brasileiro. A instituição do regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas – 'Simples' e a política de valorização do salário mínimo também condicionam a recuperação do emprego formal (Chahad & Possamai, 2007).

Destaca-se, ainda, um novo desenho da política social no Brasil, caracterizando-se por elementos de caráter mais universal e mecanismos mais estruturais para o combate à pobreza, com a focalização e ampliação de programas de transferência de renda, expansão da cobertura da previdência rural, ampliação da política de microcrédito, programas especiais de estímulo à agricultura familiar, entre outros, os quais

terão importantes efeitos na potencialização da demanda, dinamização da economia popular e, conseqüentemente, na promoção de emprego e formalização do mercado de trabalho.

A despeito da crise que atinge os mercados financeiros e as principais economias mundiais, em 2008, a adoção de uma política interna, monetária e fiscal, caracteristicamente anticíclica, envolvendo flexibilização do redesconto, redução dos depósitos compulsórios, expansão do crédito para o agronegócio, expansão de gastos públicos e redução da carga tributária, não constituem ameaça estrutural à performance do emprego no Brasil. Conforme enfatiza (Mattos, 2016, p. 58), “[...] embora o PIB tenha sofrido uma queda de 0,2% em 2009, ainda foi criado quase um milhão de postos de trabalho naquele ano”.

Mesmo com um primeiro mandato de Dilma Rousseff mantendo elementos de uma política notadamente ortodoxa, ancorada em altos juros e superávit primário, os ajustes posteriores, como os que promovem desoneração tributária em diferentes segmentos, mantém certa estabilidade na performance do mercado de trabalho. Para Pochmann (2016, p. 15), considerando a última década, relativa ao emprego no Brasil e particularmente, regiões metropolitanas, “[...] mesmo a partir de 2008, com a manifestação da crise global que abalou levemente o mercado de trabalho, a taxa de desemprego prosseguiu em queda até o ano de 2014”.

No plano estadual, na conjuntura dos anos 1990, o Ceará consegue consolidar um processo de ajuste e reconfiguração do seu modo de regulação, envolvendo instrumentos como ajuste fiscal e o amadurecimento de uma política de atração de investimentos. Antecipa, portanto, uma estratégia de ajustamento anticrise, mais consonante com as alterações das forças produtivas e tecnológicas e ruptura dos paradigmas ideológicos e institucionais vigentes na economia mundial, face ao processo de globalização, mesmo quando a maioria dos estados brasileiros encontram-se sob as restrições impostas pelo cenário de crise fiscal nacional (Alves & Paulo, 2014; Lima Junior, 2014). Como reflexo no mercado de trabalho, essas políticas estão associadas a aumentos do volume de rendimento e emprego, além de melhor grau de formalização, a despeito dos indicadores não tão favoráveis observados nesta década, na economia brasileira. Isso foi facilitado uma vez que nos critérios de prioridades para os tipos de capitais atraídos, ênfase especial era concedida àqueles intensivos em mão-de-obra e de base industrial que tendem a contratar com maior grau de formalização e rendimento (Cardozo, 2011).

À medida que um diagnóstico das profundas diferenças econômicas existentes entre os municípios da região metropolitana de Fortaleza e os localizados no interior era mais bem caracterizado, alterações nos mecanismos de incentivos eram adicionadas para buscar diminuir tal hiato de desenvolvimento (Pontes, Vianna, & Holanda, 2006). Assim, apesar dos objetivos quanto à interiorização e redução das disparidades entre as regiões do estado não terem sido tão efetivos, observa-se que alguns polos sub-regionais, como é caso da RM Cariri, registraram uma industrialização mais intensa.

As principais modificações ocorreram entre os anos de 1995 e 2002, moldadas pela necessidade de interiorização dos investimentos atraídos, e em 2003, quando os mecanismos de atração passaram a focalizar a formação de polos regionais de desenvolvimento, que privilegiavam os municípios identificados como polos industriais em potencial (Pontes et al., 2006).

Assim, essas políticas desempenham forte papel nas mudanças recentes das relações de trabalho no estado. No contexto local, seus efeitos são sentidos por meio da formação de uma massa de trabalhadores industriais e urbanos, além de consolidação de cadeias industriais importantes para a RM Cariri, como é caso do setor de calçados. Sob este novo paradigma produtivo, nota-se uma sensível melhora dos indicadores de qualidade do trabalho, porém como será mostrado adiante, insuficientes para superar as vulnerabilidades crônicas das frágeis relações de trabalho que se desenrolam localmente.

Isso decorre do fato de os novos empregos gerados, muito embora sejam de qualidade superior ao trabalho tradicional na agricultura, estarem associados a postos de trabalho que exigem menor grau de qualificação. Além dos investimentos serem atraídos pela mão-de-obra mais barata do interior, limitando alterações mais profundas nas relações de trabalho (Paulo, 2015).

Outro elemento que chama atenção é apontado por Irffi, Nogueira e Barreto (2010, p. 2, grifo do autor) “[...] no contexto de disputa por investimentos nacionais, criou-se o que se convencionou chamar de ‘guerra fiscal’ entre os entes federados”. Para os autores, essas políticas, ao gerarem concorrência desigual entre empresas já existentes e a possibilidade indireta de reduzir a capacidade de poupança do governo, têm sido assunto de importantes debates. Assim, se por um lado, as políticas de atração de investimento via incentivos fiscais contribuem para atenuar as desigualdades regionais e ampliar a demanda de trabalho em

certos estados, porém, por outro lado, empregos em outras localidades podem estar sendo perdidos pelo fechamento de outras empresas sem benefícios fiscais.

Mercado de trabalho e vulnerabilidade na RM Cariri

Caracterização do emprego a partir de indicadores selecionados

Nessa seção são apresentados alguns dos dados que caracterizam aspectos socioeconômicos da RM Cariri, os quais devem dar suporte à composição de uma plataforma para apresentação e compreensão das informações acerca da vulnerabilidade ocupacional dos trabalhadores da região. Na Tabela 1, encontram-se variáveis demográficas e sua distribuição pelos municípios que compõem a região.

A RM Cariri constitui-se como o segundo agregado populacional do estado do Ceará (depois da Região Metropolitana de Fortaleza), apresentando, conforme censo de 2010, um contingente de 564.478 habitantes. A conurbação Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Crajuubar) concentra 75,6% da população da região, com uma taxa de urbanização de 78,8%; ademais, consolida-se como o segundo conglomerado urbano estadual.

A dinâmica demográfica é ditada pela expressão urbana de Juazeiro do Norte, município mais populoso, que detém um índice de urbanização de 97%, o que acaba por influenciar o ritmo da conurbação física em direção aos municípios de Crato e Barbalha, os quais apresentam taxa de urbanização, correspondentes a 83 e 68,7%, respectivamente. Os demais municípios apresentam elevados percentuais de população no meio rural, superior a 40% em cinco deles, entre as nove cidades que compõem a RM Cariri.

Tabela 1. RM Cariri - População por condição censitária - 2000 e 2010.

Município	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Barbalha	30,669	16,362	47,031	38.022	17.301	55.323
Caririáçu	10,618	15,115	25,733	14.031	12.362	26.393
Crato	83,917	20,729	104,646	100.916	20.512	121.428
Farias Brito	8,726	11,589	20,315	8.871	10.136	19.007
Jardim	7,358	19,542	26,900	8.994	17.694	26.688
Juazeiro do Norte	202,227	9,906	212,133	240.128	9.811	249.939
Missão Velha	12,785	19,801	32,586	15.419	18.855	34.274
Nova Olinda	6,393	5,684	12,077	9.696	4.560	14.256
Santana do Cariri	8,178	8,669	16,847	8.822	8.348	17.170
Total	370,871	127,397	498,268	444.899	119.579	564.478

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2000; 2010a).

O Crajuubar é responsável por ditar a dinâmica econômica no espaço da RM Cariri, que congrega, além de municípios do sul cearense, cidades dos estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí. Concentra, neste sentido, a maior parte da produção de bens e prestação de serviços regionais. Ademais, a percepção do processo de conurbação revela-se não apenas no tecido urbano dessas cidades, mas, sobretudo, no seu arranjo regional e organizacional.

Ademais, [...] “o crescimento demográfico verificado nessas cidades, sobretudo nas últimas décadas, bem como a expansão das atividades e fluxos de caráter regional concorreram para reforçar ainda mais o processo de integração econômica e social do Triângulo Crajuubar” (Queiroz, 2014 p. 97), reforçando-lhe centralidades socioeconômicas e demográficas. Em termos de crescimento anual da população, entre 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010a), Juazeiro do Norte cresceu a uma taxa média (1,84% a. a.), ligeiramente superior à de Fortaleza (1,73% a. a.), confirmando evidência apontada por Holanda (2011), que ressalta a tendência de crescimento acelerado das cidades médias na última década.

As assimetrias intermunicipais e as centralidades da área Crajuubar têm sido abordadas em diferentes literaturas (Gurgel, 2014; Queiroz, 2014; Pinheiro, Alves, Júnior Lima, & Rodrigues, 2017; Rodrigues, Alves, & Pinheiro, 2017), seja sobre o aspecto espacial ou setorial, e serão evidenciadas, neste ensaio, a partir de indicadores do mercado de trabalho⁵.

O primeiro aspecto abordado diz respeito aos rendimentos médios da população ocupada, dispostos na Tabela 2. Nota-se que o rendimento médio dos trabalhadores rurais, ao se considerar a região como um

³ Enfatizam-se, aqui, os elementos apontados por Rodrigues et al. (2017, p. 46), para os quais “[...] o processo de criação da RM Cariri se dá muito mais influenciado por fatores políticos e necessidade de benefícios fiscais, do que pelo reconhecimento da existência fática de características de metrópole, pois, apesar da existência de um centro urbano no Crajuubar, isto não se verifica entre os demais municípios caracterizados por um pequeno núcleo urbano, cercado de grandes áreas rurais de baixa densidade demográfica”.

todo, corresponde a cerca de 50,6% do rendimento médio auferido pelos trabalhadores urbanos. Essa diferença de rendimentos reproduz-se, largamente, entre os municípios da região, sendo maior a convergência de rendimentos rural-urbano nos municípios de Barbalha (onde a renda média rural corresponde a 66,5% da urbana) e de Crato (55,9%). Esses municípios já consolidaram, historicamente, suas posições na oferta de bens agrícolas; particularmente Barbalha vem se destacando na produção de frutas irrigáveis e hortifrutigranjeiros, constituindo-se polo regional de abastecimento, juntamente com o perímetro irrigável de Petrolina (PE) – Juazeiro (BA).

Essa condição deve permitir, a tradicionais ocupações rurais, o acesso a um rendimento menos precarizado. De modo geral, portanto, seja por consequência natural da complexidade do trabalho urbano e/ou pela condição histórica de vulnerabilidade do trabalho no campo e fragilidade de suas ocupações, ainda se verifica, na RM Cariri, um forte hiato entre os padrões de rendimento urbano e rural. Essa observação é um ponto importante para a compreensão das estruturas que marcam os diferenciais de vulnerabilidade ocupacional entre esses dois espaços.

Tabela 2. RM Cariri - Rendimento médio mensal da população ocupada - 2010 (R\$).

Município	Urbano	Rural
Barbalha	1.576,44	1.116,13
Cariri	1.113,42	778,61
Crato	1.889,47	938,3
Farias Brito	1.099,61	598,72
Jardim	1.252,56	855,53
Juazeiro do Norte	1.725,08	838,46
Missão Velha	1.649,07	810,98
Nova Olinda	1.183,86	661,23
Santana do Cariri	950,21	690,52
RM Cariri	1.678,40	850,36

Fonte: IBGE (2010a).

Vale destacar os diferenciais em termos da formação do rendimento médio pela sua distribuição entre os municípios da região. Considerando os municípios com menor e maior nível de rendimento médio urbano, Santana do Cariri e Crato, respectivamente, é possível constatar que o primeiro apresenta um rendimento duas vezes inferior ao segundo (diferença de R\$ 939,26). Ademais, com exceção de Juazeiro do Norte (R\$ 1.690,17), os municípios restantes têm um nível de rendimento de até 70% do município com maior nível de rendimento médio. As diferenças são menos acentuadas, quando se considera o rendimento rural; o diferencial entre a melhor e a pior remuneração (Crato e Farias Brito, respectivamente) corresponde a R\$ 339,58, significativamente inferior ao observado nas ocupações urbanas, mostrando certa tendência de homogeneização (da precariedade) do emprego no campo.

Os dados da Tabela 3 apresentam a composição do mercado de trabalho na região, pelos diferentes tipos de posição na ocupação. Esses dados ajudam a dimensionar um dos fenômenos que marcam profundamente a vulnerabilidade ocupacional da região metropolitana que é a informalidade, como será evidenciado a seguir.

Do total da população assalariada (133.499 trabalhadores, empregados com e sem carteira assinada), apenas 47,1% possuem registro em carteira. Ao se considerarem as dimensões do urbano e do rural, considerando a mesma base de comparação, o tecido rural confirma sua fragilidade na qualidade das ocupações e geração de rendimentos. Os dados apontam para 66,4% de trabalhadores sem registro em carteira, enquanto no espaço urbano, esse percentual corresponde a 50,6%.

Deste modo, relativo à ótica de vulnerabilidade do mercado de trabalho rural, os dados sobre informalidade ficam ainda mais bem caracterizados e apenas 16,2% (empregados com carteira, militares e funcionários públicos) da população ocupada rural possuem algum grau de formalidade nos seus contratos de trabalho. Assim, a informalidade marca profundamente o mercado de trabalho na região, porém, de forma mais contundente para o trabalho rural, que demanda mais explicitamente melhoria nos padrões de formalização.

Outro dado ajuda a demonstrar a precariedade do trabalho no meio rural, a quantidade de trabalhos privados de atividades não mercantis e remuneradas (trabalho não remunerado e produção para o próprio consumo). Tais atividades costumam estar associadas a condições de recrutamento de mão de obra de forma precária e/ou subocupação da força de trabalho e, portanto, associados a um desemprego disfarçado. Juntas, essas atividades somam somente 4,4% dos trabalhadores urbanos; todavia, no meio rural, esse percentual é bastante significativo, alcançando 29,1% dos trabalhadores.

Tabela 3. RM Cariri - Trabalhadores segundo posição na ocupação – 2010.

Tipo de posição	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Empregados com carteira assinada	56.189	31,2	6.670	14,2	62.858	27,7
Militares e estatutários	10.161	5,6	952	2,0	11.114	4,9
Empregados sem carteira assinada	57.449	31,9	13.192	28,2	70.641	31,1
Conta própria	45.540	25,3	12.153	26,0	57.694	25,4
Empregadores	2.965	1,6	216	0,5	3.182	1,4
Não remunerados	3.308	1,8	3.044	6,5	6.352	2,8
Produção para consumo próprio	4.701	2,6	10.592	22,6	15.292	6,7
Total	180.313	100	46.820	100	227.133	100

Fonte: IBGE (2010a).

Por fim, vale pontuar que 25,4% dos trabalhadores são ocupados em atividades por conta própria, sendo esse percentual reproduzido tanto para o emprego urbano, quanto para o rural. Assim, emprego sem carteira assinada, trabalho em atividades não mercantis e não monetárias (empregos não remunerados e produção para o consumo próprio) e emprego em atividades por conta própria constituem o tripé da informalidade do mercado de trabalho na RM Cariri, correspondentes a condição de 66% da população ocupada na região.

Aqui, cabe uma rápida reflexão sobre a categoria de atividades por conta própria, frequentemente apresentada como alternativa de ocupação e que ganha reforço nos defensores do empreendedorismo. Pelo próprio IBGE (2010b, p. 46), é considerada, nessa categoria, “[...] pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado”. Porém, o que se constata é a posição de fragilidade que tal categoria ocupa na estrutura ocupacional, quando se registram baixos rendimentos e maior sensibilidade a movimentos conjunturais, como desaceleração do nível de atividades e/ou austeridade de políticas macroeconômicas, principalmente as que dizem respeito à oferta de crédito. Assim, essa janela de oportunidade pode favorecer a fragilização na qualidade do emprego, de modo geral.

Adicionalmente, como já demonstrado e evidenciado a seguir, uma das principais fontes de vulnerabilidade ocupacional, ao lado da informalidade, trata-se do emprego com baixo rendimento. Na Tabela 4, registra-se o nível de rendimento médio, por grupo de ocupação na região. De pronto, identificam-se as atividades que condicionam a informalidade, as quais apresentam os três menores níveis de rendimento médio, segundo os dados do censo. Deste modo, na RM Cariri, informalidade e emprego com baixa remuneração parecem apresentar uma forte associação que expõe as condições de trabalho e suas vulnerabilidades na região.

Nota-se, também, que as demais formas de contratação apresentam rendimentos médios bem superiores ao rendimento médio da região (Tabela 2). Isso mostra que a formação do painel de rendimentos na RM Cariri é fortemente influenciada por aquelas três atividades (emprego sem carteira assinada, trabalho em atividades não mercantis e não monetárias e emprego em atividades por conta própria), já que juntas agregam a maior parte dos trabalhadores, definindo, com maior peso, o rendimento total.

Tabela 4. RM Cariri - Rendimento médio segundo posição na ocupação – 2010.

Tipo de posição	Urbana	Rural	Total
Empregados com carteira assinada	2.151,99	1.448,62	2.077,30
Militares e estatutários	3.887,34	1.561,15	3.687,28
Empregados sem carteira assinada	1.551,18	1.071,99	1.461,66
Conta própria	2.036,93	1.042,23	1.827,18
Empregadores	7.349,73	5.428,05	7.218,57
Produção para consumo próprio	878,06	658,09	725,71

Fonte: IBGE (2010a).

Em todas as classes de atividades, o nível de rendimento no meio rural é menor que no caso urbano o que, mais uma vez, está associado aos padrões de complexidade do emprego urbano frente ao rural e/ou a precarização do emprego no campo. Um dado que ajuda a caracterizar de forma mais evidente essa condição é quando se apontam as informações sobre o emprego da produção para o próprio consumo, que apresenta o menor nível de rendimento, tanto para a escala urbana, quanto rural, como pode ser constatado, mas que, no campo, representa cerca de 22% da população ocupada. Assim, dado que ambos os mercados de trabalho apresentam indícios de precarização, certamente os trabalhadores rurais estão mais expostos a ela, como será evidenciado a seguir.

Para pensar a vulnerabilidade ocupacional na RM Cariri

- Mensuração da vulnerabilidade ocupacional

A mensuração da vulnerabilidade ocupacional, em seu sentido mais estrutural, envolve múltiplas percepções que fogem ao escopo de uma técnica de mensuração de natureza mais simples, com finalidades operacionais. Assim, a opção analítica de medição da vulnerabilidade ocupacional, desenvolvida neste ensaio, não tem por objetivo dimensionar todos os aspectos da vulnerabilidade do trabalho, em seu sentido sistêmico, todavia, pretende-se realçar alguns de seus contornos mais latentes e chamar a atenção para a dimensão desses problemas.

Assim, o conceito de vulnerabilidade e a estratégia para a sua mensuração, aqui utilizados, considera a vulnerabilidade através de quatro percepções, a saber: i) trabalho privado de atividade remunerada, no sentido de que o trabalho sem remuneração ou com formas de pagamentos não monetários costumam estar associados a condições de precarização das relações trabalhistas; ii) trabalho informal de baixo rendimento, aqui se entendendo que a informalidade de baixa remuneração expõe os trabalhadores a uma condição de vulnerabilidade, já que está associada a trabalho de baixa produtividade e subocupação do trabalho; iii) trabalho informal, sem contribuição à previdência e de baixa remuneração, postos de trabalho, sem contribuição previdenciária, que restringem os direitos dos trabalhadores à seguridade social e os coloca em posição de precarização e limitação de direitos fundamentais, e iv) trabalhadores desempregados, cabendo registrar que as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, manifestadas na forma de desemprego, estão entre os fenômenos que expõem a força de trabalho a fontes de precarização e, nesse caso, à subutilização de capacidade de realização trabalho em uma sociedade.

O propósito, por conseguinte, é verificar a configuração das relações de trabalho desenvolvidas na RM Cariri e a exposição dos trabalhadores a fontes de vulnerabilidade em suas ocupações, que impedem um exercício pleno de um mercado de trabalho decente, sabendo que esse exercício encontra diferentes obstáculos e atinge, com diferentes intensidades, o meio rural e urbano, considerando as características que marcam cada um desses espaços, distinção que recebe um olhar especial nesse trabalho.

Cabe registrar, ainda, que os dados utilizados para a composição dos indicadores de vulnerabilidade são provenientes dos microdados do censo de 2010, do IBGE (2010a), que apresenta um nível de desagregação por município, fundamental para os desígnios desse trabalho.

Dadas as assimetrias municipais e centralidades conferidas ao complexo Crajubar, trabalhar-se-ão os indicadores de vulnerabilidade ocupacional a partir de uma tipologia que agrega duas categorias de municípios: 'g1' congregando Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha; 'g2' correspondendo à RM Cariri, exclusive Crajubar.

- Por onde caminha a vulnerabilidade ocupacional na RM Cariri

Como um todo, o mercado de trabalho urbano da RM Cariri possui um pouco mais de 117 mil pessoas em condição de algum tipo de vulnerabilidade ocupacional, seja alguma precarização da forma de contratação, ou uma privação do acesso ao mercado de trabalho, por meio de desemprego. Isso representa 58,7% da população economicamente ativa urbana da região, sendo o trabalho informal de baixo rendimento a forma mais comum de vulnerabilidade, com 51,1% da vulnerabilidade urbana total (correspondentes a 59.784 indivíduos) (Tabela 5).

O desemprego é outro mecanismo importante na precarização das condições de trabalho urbano, respondendo por 16,2% da vulnerabilidade nos municípios da RM Cariri. Cabe ressaltar que o trabalho informal de baixo rendimento, sem cobertura por instituições de previdência, representa 25,9%, ao passo que os trabalhadores que não recebem uma remuneração monetária pelo trabalho que exercem, representa 6,8% do nível de vulnerabilidade urbana da RM Cariri.

Ao observar esses dados mais atentamente, nota-se que a vulnerabilidade urbana é fortemente marcada pela presença da informalidade das relações de trabalho, que caracteriza significativamente a região. Assim como no caso nacional, apresentado em Proni (2013), o mercado de trabalho na RM Cariri possui como característica marcante a presença de uma elevada informalidade, o que nos coloca a preocupante relação entre pobreza e informalidade, identificada por autores como Neri (2000), onde afirma que a informalidade no mercado de trabalho é um dos fatores que mais contribui para pobreza, ao observar que maior parte das famílias pobres do país era chefiada por indivíduos ocupados no segmento informal. Ainda pode-se acrescentar um outro efeito da informalidade, apontando suas conexões com padrões de baixa produtividade do trabalho, que impede avanços na rentabilidade das atividades marcadas pelo padrão informal e limita ganhos de dinamicidade dessas atividades, ficando tais setores atrofiados economicamente.

Tabela 5. RM Cariri - Composição da vulnerabilidade ocupacional urbana.

Fontes de vulnerabilidade ocupacional	g1	%	g2	%	Total	%
1 Trabalhador privado de atividade remunerada	4.795	4,9	3.214	16,9	8.009	6,8
a) Ocupado em atividade não mercantil	2.256	2,3	2.445	12,9	4.701	4,0
b) Ocupado em trabalho não remunerado	2.539	2,6	769	4,1	3.308	2,8
2 Trabalhador informal com rendimento menor que 1 salário mínimo	48.264	49,2	11.520	60,7	59.784	51,1
c) Empregado sem carteira assinada	20.210	20,6	5.412	28,5	25.622	21,9
d) Trabalhador doméstico sem carteira	9.552	9,7	1.663	8,8	11.215	9,6
e) Trabalhador por conta própria	18.321	18,7	4.409	23,2	22.731	19,4
f) Empregador	181	0,2	36	0,2	217	0,2
3 Trabalhador informal sem contribuição à previdência e com rendimento entre 1 e 2 s. m.	27.785	28,3	2.483	13,1	30.269	25,9
g) Empregado sem carteira assinada	12.800	13,0	1.166	6,1	13.967	11,9
h) Trabalhador doméstico sem carteira	1.135	1,2	61	0,3	1.197	1,0
i) Trabalhador por conta própria	13.488	13,8	1.219	6,4	14.708	12,6
j) Empregador	361	0,4	36	0,2	397	0,3
4 Desempregados	17.241	17,6	1.763	9,3	19.004	16,2
Total	98.085	100	18.980	100	117.066	100
Trabalhadores em situação precária	80.844		17.217		98.062	
População Economicamente Ativa (PEA) Urbana	172.623		26.694		199.317	

Fonte: Elaborada pelos autores baseados em dados do IBGE (2010a).

Como Meneguín e Bugarin (2008, p. 361) observam em seus estudos sobre a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, verificam-se indícios de “[...] uma triste convergência do mercado de trabalho para uma situação de estabilidade da informalidade em níveis elevados [...]”, dimensionando as dificuldades de superação da informalidade e seus efeitos não só em mercados de trabalho locais, como analisado neste ensaio, mas também ao se descrever quase uma tendência sistêmica no cenário nacional.

Ao se dissecar a composição da vulnerabilidade por grupos de municípios, dentro da região metropolitana, consegue-se notar as diferenças que o tamanho e a complexidade econômica em cada subgrupo têm sobre a vulnerabilidade do trabalho. No grupo formado pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (g1), possuidores de um aparato econômico e institucional mais consolidado e dinâmico na região, os níveis de vulnerabilidade urbana tendem a ser menores – 56,8% da PEA – comparados ao segundo grupo (g2), que congregam 71,1% da população economicamente ativa urbana, em condição de alguma vulnerabilidade ocupacional.

Considerando a vulnerabilidade causada pelo desemprego, a tríade das cidades de maior complexidade econômica responde por 17,66% da vulnerabilidade urbana total, sendo que para os demais municípios, esse valor cai para 9,3%. Denota-se, com isso, que nas cidades de menor porte, com nível de urbanização menores e com mercados de trabalho menos dinâmicos, os trabalhadores não conseguem se manter em uma condição de desempregados por períodos mais longos, buscando alguma condição de inserção, posto que acabam sendo ocupados em núcleos de trabalho informais, de baixa remuneração, algo que caracteriza fortemente a face da vulnerabilidade ocupacional nessas cidades.

Essa condição se evidencia também ao ser observado o número bastante elevado de trabalhadores privados de atividades remuneradas no ‘g2’ – cerca de 16,99 % dos trabalhadores em condição de vulnerabilidade, ao passo que nas cidades principais da região (g1) esse valor é de 4,9 %.

Um olhar sobre a dimensão rural da vulnerabilidade, como encontrado na Tabela 6, revela como a precariedade do trabalho se apresenta de forma mais intensa nas áreas não urbanizadas. Em torno de 82,5% da PEA rural da RMC se encontra sob condição de algum tipo de vulnerabilidade, um número bem superior daquele observado sob condições urbanas.

A vulnerabilidade rural é também caracterizada pelo alto número de trabalhadores privados de atividades remuneradas, 33,6% da vulnerabilidade rural total; paralelamente, os municípios fora do eixo principal (Crajuubar) possuem um nível bem maior desse tipo de atividade – 38,8%, quando que nos três municípios mais dinâmicos, esse número é de aproximadamente 25%. Assim, a região vem acumulando distintos graus de vulnerabilidade e assimetrias tanto entre o setor urbano e rural, como entre os municípios que a compõem.

Adicionalmente, as atividades não monetizadas são bem mais comuns em áreas rurais. Essas formas de atividade costumam estar associadas a baixos padrões de complexidade e produtividade do sistema de produção, ao mesmo tempo em que limitam seu desenvolvimento, mantendo os trabalhadores presos a essas relações.

Além dessas formas de vulnerabilidade, o setor rural da RM Cariri, assim como o setor urbano, também é marcado fortemente pela informalidade com baixo rendimento, compondo em torno de 52,7% da vulnerabilidade total rural. Vale lembrar, como enfatiza Proni (2013), que as formas de vulnerabilidade ocupacional aqui quantificadas são acompanhadas, em maior ou menor grau, por outras precariedades frequentes no mercado de trabalho nacional e regional, tais como: elevada rotatividade no emprego, baixa capacidade de organização sindical, alta discrepância salarial, dentre outras, que impactam de forma direta os indicadores de vulnerabilidade analisados. Essas precariedades condicionam as fragilidades do mercado de trabalho, sendo, ao mesmo tempo, recondicionadas em sua dinâmica. Além disso, características do mercado de trabalho e do aparato econômico e social também se refletem sobre os indicadores de vulnerabilidade. De modo que em áreas nas quais os trabalhadores possuem piores perfis educacionais e baixa produtividade, a vulnerabilidade ocupacional tende a se fazer sentir de forma mais intensa. Ademais, as condições desse aparato econômico e social também criam chances muito desiguais para os trabalhadores conseguirem escapar de uma situação de vulnerabilidade ou precariedade ocupacional, alimentando um ciclo de vulnerabilidade e pobreza, que só seria interrompido, dentre outros fatores, com um tipo de desenvolvimento indutor do emprego, com expansão e refinamento de instâncias de proteção ao trabalho, promotoras de trabalho decente, como lembram Meneguín e Bugarin (2008, p. 361), os quais destacam que “[...] quanto mais eficiente o quadro institucional [...] mais rapidamente acontecerá a formalização do contrato de trabalho”.

Tabela 6. RM Cariri - Composição da vulnerabilidade ocupacional rural.

Fontes de vulnerabilidade ocupacional	g1	%	g2	%	Total	%
1 Trabalhador privado de atividade remunerada	3.816	25,0	9.820	38,8	13.636	33,6
k) Ocupado em atividade não mercantil	2.851	18,5	7.761	30,7	10.592	26,1
l) Ocupado em trabalho não remunerado	985	6,4	2.059	8,1	3.044	7,5
2 Trabalhador informal com rendimento menor que 1 s.m.	8.754	57,3	12.626	49,9	21.379	52,7
m) Empregado sem carteira assinada	4.079	26,7	4.942	19,5	9.022	22,2
n) Trabalhador doméstico sem carteira	839	5,5	1.078	4,3	1.917	4,7
o) Trabalhador por conta própria	3.820	25,0	6.559	25,9	10.378	25,6
p) Empregador	16	0,1	46	0,2	62	0,2
3 Trabalhador informal sem contribuição à previdência e com rendimento entre 1 e 2 s.m.	1.695	11,1	1.522	6,0	3.217	7,9
q) Empregado sem carteira assinada	844	5,5	744	2,9	1.588	3,9
r) Trabalhador doméstico sem carteira	78	0,5	51	0,2	130	0,3
s) Trabalhador por conta própria	749	4,9	682	2,7	1.431	3,5
t) Empregador	24	0,2	45	0,2	69	0,2
4 Desempregados	1.018	6,7	1.344	5,3	2.362	5,8
Total	15.283	100,0	25.312	100,0	40.594	100,0
Trabalhadores em situação precária	14.265		23.968		38.232	
População Economicamente Ativa Rural	19.864		29.318		49.182	

Fonte: Elaborada pelos autores baseados em dados do IBGE/Censo Demográfico 2010a.

Cabe notar, ainda, que os trabalhadores em situação precária, mas que de alguma forma participam do mercado de trabalho, excluindo os trabalhadores desempregados, representam 67,2% da população ocupada rural e que apesar de possuírem uma concentração populacional menor, 57,3% desses trabalhadores encontram-se nos municípios fora do eixo principal da região metropolitana.

Os dados indicam, portanto, o elevado nível de vulnerabilidade do trabalho, especialmente do trabalho rural na RM Cariri, ficando também desenhada a dimensão dos desafios necessários à promoção do emprego decente e da proteção social dos trabalhadores para a superação desses dilemas e fragilidades do mercado de trabalho na região.

Considerações finais

Os desafios com os quais o mercado de trabalho brasileiro tem se deparado reproduzem-se em escalas metropolitanas: a necessidade de redução do desemprego; a criação de postos de trabalho em ocupações menos vulneráveis; a busca pela generalização do trabalho decente. Adicionam-se as necessidades de equalização e superação de padrões históricos estabelecidos, quando se trata de segregações por gênero ou raça; extinção de trabalho infantil; dicotomias e precariedades entre rural-urbano; desafios de empregabilidade para jovens etc.

Nessa perspectiva, o trabalho deve contemplar, como preconiza a Organização Internacional do Trabalho (2009, p. 9) “[...] a superação de todas as formas de discriminação e a promoção de modalidades de crescimento que fomentem o desenvolvimento humano e gerem trabalho decente [...]”, constituindo-se, estes, requisitos determinantes para a redução da pobreza, a autonomia das mulheres, o fortalecimento da democracia e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Particularmente, discutir o emprego na RM Cariri remete a considerar a dinâmica de um mercado de trabalho que reproduz as contradições das regiões periféricas e, particularmente, seus processos de urbanização e metropolização, mesmo que fujam diretamente ao escopo deste trabalho. A metropolização que ocorre na macrorregião em análise ocorre sob vasta assimetria nos padrões de desenvolvimento municipais, nos quais o centro dinâmico Crajubar acaba por determinar menores vulnerabilidades urbanas nos municípios polo que drenam, por conseguinte, melhores condições de investimentos públicos e privados e políticas públicas que reforçam as centralidades do eixo Crajubar. As funcionalidades que tendem a estabelecer papéis na dinâmica espacial da região fazem com que os centros dinâmicos, ao concentrarem a maior parte dos segmentos industriais e serviços especializados, como os relativos à saúde e educação, também demandem ocupações menos vulneráveis, configurando um quadro menos precarizado do emprego, tanto no que diz respeito à oferta, quanto à demanda no mercado de trabalho.

Assim, a vulnerabilidade ocupacional na RM Cariri tem sido determinada, fortemente, pela esteira da informalidade, condicionada pelo trabalho informal com baixo rendimento, pelo precário acesso à seguridade social e pelo desemprego. Porém, reforçados na maior fragilidade dos espaços rurais e dos municípios com menor dinamismo econômico.

Referências

- Alves, C. L. B., & Paulo, E. M. (2014). Modo de regulação, políticas de investimento de dinâmica econômica no estado do Ceará. In *Anais do VII Encontro de Pós Graduação em História Econômica* (p. 1-31). Niteroi, RJ
- Araújo, T. B. (2017). Prefácio. In V. F. Pinheiro, C. L. B. Alves, F. do O. de Júnior Lima, & A. da S. Rodrigues (Eds.), *Para pensar o desenvolvimento da RM Cariri* (p. 224). São Paulo, SP: Blucher.
- Cardozo, S. A. (2011). Políticas estaduais de atração de investimentos baseadas em isenção fiscal: uma análise do estado do Ceará de 1995 a 2008. *Revista Econômica Do Nordeste*, 42(3), 641-660. Recuperado de <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/download/165/143>
- Ceará. (2009). Lei complementar nº 78, de 06 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Fortaleza, CE.
- Chahad, J. P. Z., & Possamai, R. C. (2007). A trajetória recente do emprego formal: uma comparação entre Nordeste e Brasil. In *Anais do XIII Encontro Nacional do Abet* (p. 30). Salvador, BA.
- Coutinho, L., Baltar, P., & Camargo, F. (1999). Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In Organização Internacional do Trabalho, & Ministério do Trabalho e Emprego (Eds.), *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade* (p. 61-86). São Paulo, SP: Edições 34.
- Guimarães, R. P. (1998). Modernidad, medio ambiente y ética: un nuevo paradigma de desarrollo. *Revista Ambiente e Sociedade*, 1(2), 5-24.
- Gurgel, A. P. C. (2014). Centralidades do Crajubar: uma análise configuracional em termos de acessibilidade da malha viária. In V. F. Pinheiro, M. J. G. Paiva, & J. M. L. Moraes (Eds.), *Gestão do território, políticas locais e desenvolvimento sustentável* (p. 1-30). Crato, CE: Urca.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, SP: Loyola.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE]. (2000). *Censo demográfico de 2000*. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE]. (2010a). *Censo demográfico de 2010*. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE]. (2010b). *Notas metodológicas do censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

- Holanda, V. C. C. (2011). Transformações socioespaciais das cidades médias cearenses. *Revista de Geografia*, 28(1), 1-13.
- Irffi, G. D., Nogueira, F. A. N., & Barreto, F. A. F. D. (2010). Efeitos da política de atração de incentivos industriais no Ceará sobre o emprego no período 2002-2005. In E. B. S. Carvalho (Ed.), *Economia do Ceará em debate 2009* (p. 178-193). Fortaleza, CE: IPECE.
- Kupfer, D. (1998). Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização: temas para debate. *Boletim de Conjuntura*, 18(2), 30-40.
- Lei n. 14, de 08 de junho de 1973 (1973). Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lima, G. F. da C. (2002). Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In C. F. Loureiro, P. P. Layrargues, & R. S. de Castro (Eds.), *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania* (5a. ed., p. 109-142). São Paulo, SP: Cortez.
- Lima Junior, F. do O. de. (2014). *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010* (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286403>
- Mattos, F. A. M. de. (2016). Formalização do mercado de trabalho e redução da desigualdade de renda: avanços e desafios após 12 anos de governo federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores. In L. J. B. Macambira Júnior, T. P. de Araújo, & R. A. de Lima (Orgs.), *Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais* (p. 53-87). Fortaleza, CE: IDT.
- Meneguim, F. B., & Bugarin, M. S. (2008). A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. *Economia Aplicada*, 12(3), 341-363. Doi: 10.1590/S1413-80502008000300001
- Neri, M. (2000). Direitos trabalhistas, encargos e informalidade. *Conjuntura Econômica*, 54(9), 38-41.
- Organização Internacional do Trabalho [OIT]. (2009). *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social*. Brasília, DF: OIT. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_233473.pdf
- Paulo, E. M. (2015). *Determinações do grau de qualidade do emprego: um ensaio em modelo de painel dinâmico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15348>
- Pinheiro, V. F., Alves, C. L. B., Júnior Lima, F. do O. de, & Rodrigues, A. da S. (2017). *Para pensar o desenvolvimento da RM Cariri*. São Paulo, SP: Blucher.
- Pochmann, M. (2015). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Pochmann, M. (2016). Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In L. J. B. Macambira Júnior, T. P. Araújo, & R. A. Lima (Eds.), *Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais* (p. 11-26). Fortaleza: IDT.
- Proni, M. W. (2013). Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, 22(49), 825-854.
- Pontes, P. A., Vianna, P. J. R., & Holanda. M. C. (2006). *A política de atração de investimentos industriais do Ceará: uma análise do período 1995-2005* (Texto para discussão n. 26). Fortaleza, CE: IPECE.
- Queiroz, I. da S. (2014). Região metropolitana do cariri cearense, a metrópole fora do eixo. *Mercator*, 13(3), 93-104. Doi: 10.4215/RM2014.1303. 0007
- Rodrigues, A. da S., Alves, C. L. B., & Pinheiro, V. F. (2017). Dinâmica recente de acumulação do capital e processo de metropolização: o caso da Região Metropolitana do Cariri-CE. In V. F. Pinheiro, C. L. B. Alves, F. do O. Júnior Lima, & A. S. Rodrigues (Eds.), *Para pensar o desenvolvimento da RM cariri* (p. 17-50). São Paulo, SP: Blucher.
- Saboia, J. M. (2001). Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, 5(esp.), 1-18.